

De olho na CIDADE

Porto Alegre/RS • março, abril e maio/1993 • Ano II • Número 7

CÂMARA DE VEREADORES: CLUBE DE NOTÁVEIS OU ESPAÇO PÚBLICO?

A cada quatro anos elegemos nossos representantes à Câmara de Vereadores. Sob a hegemonia de uma cultura política fisiológica que pensa as casas de representação parlamentar como se fossem escritórios de atendimento e despacho a demandas localizadas e individuais, as Câmaras de Vereadores se sentem diminuídas quando os Executivos criam processos democráticos de gestão e planejamento de seus projetos e investimentos. Não raras vezes alguns vereadores questionam a implementação de Conselhos e outros organismos que abriguem a participação da população - diretamente ou através de representantes - utilizando-se para tanto do argumento de que este tipo de iniciativa "esvazia" as Câmaras de Vereadores como fóruns de representação popular. Por outro lado, a chamada "grande imprensa" continua a valorizar exageradamente os aspectos formais e ações individuais dos parlamentares. No primeiro caso, por exemplo, premiam-se com espaços generosos na mídia os vereadores "campeões" em número de discursos e de projetos. No segundo caso, a "crítica política" dá pouca ou nenhuma importância aos vínculos partidários dos vereadores e aos projetos políticos que bem ou mal representam. Resultado desse

Porto Alegre não estará vivendo um momento privilegiado para repensar o papel e as funções de sua Câmara de Vereadores?

tipo de enfoque, a valorização positiva das Câmaras de Vereadores, hoje, parece depender de critérios como: salários dos parlamentares, número de funcionários dos legislativos, número de projetos apresentados, número de discursos proferidos, número de sessões realizadas, número de presenças e ausências... Convenhamos que, por mais que se deva reconhecer a enorme importância de alguns destes itens, os "critérios de eficiência" da ação parlamentar propostas pela mídia, amesquinham e distorcem a função dos parlamentos. Com certeza o exercício da democracia ensina o eleitor a votar e a escolher uma representação política mais qualificada. Mas será que a solução dos problemas existentes em nossas Câmaras de Vereadores dependem apenas da existência de "bons" parlamentares? A nosso ver, além de suas funções legislativas e fiscalizadoras, as Câmaras de Vereadores deveriam refletir a pluralidade de idéias presentes na sociedade, constituindo-se espaço político onde os partidos disputam seus projetos e onde a sociedade local pode re-conhecer as diferentes alternativas propostas para a cidade e para o país. Nossa Câmara de Vereadores, como instituição, está preparada para tanto?

Fuinha



DESAFIOS DO MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA NO RIO GRANDE DO SUL*

O movimento da moradia representa uma das principais expectativas de luta para os próximos anos. A falta de habitação em nosso país atinge números alarmantes, com mais de 16 milhões de famílias sem ter o direito de morar dignamente. Só no Rio Grande do Sul, este número já ultrapassa 700 mil.

Nas principais cidades de nosso Estado, como Canoas, Rio Grande, Caxias, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Santa Cruz e outras, o déficit habitacional varia entre 35 e 40 mil unidades (em Porto Alegre é de mais de 100 mil).

Nestas cidades acontecem pequenas e grandes ocupações de terras privadas e públicas (sobretudo do Estado). A principal característica destas ocupações é a falta de organização, devido ao espontaneísmo que preside estas ações. Esta situação geralmente leva os movimentos a sofrerem constantes derrotas políticas, com resultados praticamente nulos. As poucas vitórias que se tem obtido se devem mais à assessoria jurídica prestada por apoiadores dos movimentos do que pela organização de fato das lutas. Além disso, há a falta de clareza dos dirigentes que vão surgindo sem ter a mínima noção das disputas políticas mais amplas e da problemática urbana em nosso país.

Apesar deste quadro, é verdade também que em nosso estado já existem setores que começam a perceber estas contradições, pois já estão "escaldados" com tais "ocupações espontâneas". Estas lideranças compreendem que quem ocupa sem ter o mínimo de organização não é culpado, devido ao grande problema que é a falta de moradia, o que leva estas pessoas a ações desesperadas. Mas por outro lado, há também a compreensão de que se quisermos ter o Movimento de Luta pela Moradia organizado e forte, não será simplesmente abraçando as dezenas de ocupações que ocorrem diariamente que estaremos garantindo a existência orgânica do Movimento. Neste processo, o Movimento não passa de um "Movimento Bombeiro", que sai atrás tentando apagar o fogo após os incêndios já terem ocorrido, não conseguindo obter saldo político algum com estas ocupações, seja no aspecto organizativo, seja na construção de um cole-

tivo de pessoas dirigentes, seja na consciência da necessidade da luta para a conquista da moradia, seja na consciência de classe.

Nosso movimento não se resume só em ações de ocupação de terras e, no nosso entender, nem poderia se resumir. A ocupação é um tipo de ação, com certeza a mais radical e contundente, mas não é a única forma de luta. Vale a pena destacar alguns dos tipos de ações alternativas que vêm sendo desenvolvidas:

- Cooperativas habitacionais populares, associações de ajuda-mútua;
- Regularização fundiária (usucapião, concessão do direito de uso e loteamentos clandestinos) e luta pelo saneamento e urbanização;
- Garantia e ampliação dos direitos dos mutuários e inquilinos;
- Participação na fiscalização de sorteios e na seleção de famílias para núcleos habitacionais;
- Criação de leis de iniciativa popular, como os Fundos e os Conselhos de Habitação, os Planos Diretores e outros instrumentos de Reforma Urbana.

Entretanto, para desenvolvermos estes e outros tipos de ação, precisamos de uma estruturação organizativa mais eficiente, um coletivo que planeje estratégias e táticas nos planos municipal, estadual e nacional. Estas instâncias devem ter uma relação afinada nas suas proposições e no acesso às informações, principalmente no que se refere à política de formação de dirigentes.

O nosso eixo é Reforma Urbana e Meio Ambiente. Sem dúvida alguma, para que este movimento possa desenvolver uma estratégia política na questão habitacional é necessário articular o conjunto das lutas pela moradia na perspectiva da Reforma Urbana. Para isso é preciso que os diversos companheiros de associações de bairro, conselhos populares, associações de ajuda-mútua e de outros tipos de entidades se tornem efetivamente os sujeitos deste processo.

* Coordenação do Movimento de Luta pela Moradia no Rio Grande do Sul



UMA OPORTUNIDADE PARA OS SUJEITOS DA CIDADE*

O objetivo deste texto é discutir duas questões: (1) a viabilidade de uma política habitacional para a população de baixa renda (0-5 salários) e (2) o papel do Município neste processo.

Com o final do BNH e a queda drástica do volume de recursos para a habitação, os discursos oficiais passaram por uma inversão curiosa. Abandonaram a perspectiva dogmática que pautava a regulação política do setor e passaram a adotar um perfil crescentemente preocupado com as classes trabalhadoras e com a discussão pública de soluções para o grave problema do déficit de mais de 15 milhões de moradias em todo o país.

Nos Estados mais atingidos pela discriminação política dos recursos do FGTS, formaram-se fóruns de empresários e trabalhadores para reivindicar e pressionar junto ao governo federal, com o forte apelo do combate à recessão e ao desemprego. Os próprios funcionários da Caixa Econômica Federal - CEF, através de suas entidades representativas - SEEB e APCEF em Porto Alegre - passaram a se associar a estes esforços, preocupados sobretudo com a sua sobrevivência institucional.

Destas articulações políticas resultaram basicamente duas conseqüências: de um lado, com a denúncia da omissão do governo federal, com muito lobby, foi possível arrancar a contratação de algumas poucas obras, sobretudo através do apoio da indústria da construção civil; por outro lado, com alguns Estados e Municípios passando a assumir o ônus de parte da política habitacional, através da criação de fundos especiais com recursos orçamentários, geridos em geral por órgãos oficiais com a participação da sociedade civil, obteve-se a realização de um número mais exemplar do que significativo de obras, geralmente em regime de mutirão sob a coordenação de algum órgão público e obteve-se também uma recomposição local da base política dos governos que empreenderam tais iniciativas.

Uma exceção importante foi sinalizada pela Administração Luiza Erundina, na cidade de São Paulo, em que os recursos do fundo municipal eram repassados diretamente para as entidades comunitárias, que se encarregavam da gestão e contratação de assessoria e mão-de-obra especializada, eliminando o lucro privado das construtoras e o controle clientelista do Estado.

Os Estados e Municípios que se limitaram à "simples" denúncia, muitas vezes com o surrado argumento de que o déficit habitacional é uma questão estrutural, de âmbito federal, ligada à concentração da renda e à crise econômica, foram os que apresentaram o pior desempenho - curiosamente - em termos de capacidade de pressão sobre o governo federal e de realização de obras efetivamente voltadas para a população de baixa renda.

A explicação é relativamente evidente, embora pouco admitida. Os Estados e Municípios que se recusaram a "municipalizar" o problema trabalharam com uma demanda "abstrata" por moradia, ou seja, uma estimativa tecnicamente calculada de déficit habitacional. Os principais sujeitos des-

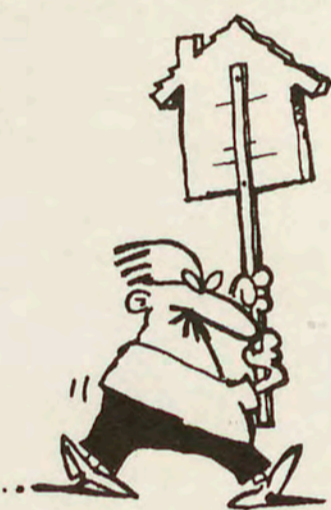
sa demanda são em geral as empresas construtoras - vide a atuação do SINDUSCON em Porto Alegre -, desesperadas atrás de recursos públicos nesta época de vacas magras. Os setores populares dificilmente se articulam por políticas universais antes de se construírem "corporativamente", concretamente - na luta e na vida. Daí que sua principal "política" tem sido as ocupações de terras e conjuntos. Além disso, as linhas de financiamento disponíveis na CEF, montadas dentro de uma lógica bancária - de que os investimentos devem retornar com juros - são incompatíveis com a capacidade aquisitiva da maioria dos trabalhadores, ainda mais dada a inexistência de uma política de terras e para os materiais de construção.

Já os Estados e Municípios que ousaram operar com recursos próprios - o que não é nenhum absurdo, pois Porto Alegre, por exemplo, no pré-64, antes do SFH e do BNH, produzia assim, em média, mais de 600 unidades habitacionais por ano (casas e terrenos) - tiveram não apenas a possibilidade de operar com o efeito demonstração, ou seja, a prova de que os trabalhadores podem morar com dignidade e autonomia, como também contaram com uma base popular concreta na articulação da pressão política sobre as instâncias federais.

Isto nos conduz às seguintes hipóteses de trabalho: (1) uma política habitacional efetiva envolve não apenas o crédito para a construção, mas também uma política de terras (que minore os efeitos da especulação imobiliária e possibilite a constituição de alternativas à propriedade privada capitalista) e de materiais e processos de construção (barateamento, produção alternativa, novas tecnologias, capacitação da mão-de-obra, etc.) e, sobretudo, a articulação destas ações através de formas democráticas de gestão; (2) as demandas "abstratas" tendem a favorecer mais aos empresários do que às classes trabalhadoras; (3) a descentralização parcial da política habitacional, através da criação de fundos estaduais e municipais, permite um tensionamento político mais eficaz sobre as

instâncias federais e sobre a "opinião pública", na medida em que pode demonstrar que a habitação popular é viável, desde que fora da lógica bancária e da especulação imobiliária; (4) este tensionamento constitui uma oportunidade concreta de intervenção política para os movimentos de luta pela moradia, na medida em que estes consigam conquistar a construção de espaços públicos para a gestão destes fundos e para a ruptura com o padrão clientelista de regulação das demandas.

Desnecessário dizer que esta perspectiva implica, da parte dos movimentos, a superação interna de determinados "vícios", como o "aparelhismo" e o "oportunismo". Não se trata de uma dívida do Estado, mas do compromisso com a construção coletiva de uma oportunidade.



*Sérgio Gregório Baierle
Cientista Político e sócio do Cidade

AGENDA

SEMINÁRIO MUNICIPAL DE MORADIA nos dias 21, 22 e 23 de maio, organizado pelo Movimento de Luta pela Moradia. Painel, aberto ao público, será realizado dia 21/5 às 19h no auditório da Faculdade de Arquitetura/UFRGS. Para as demais atividades é necessário inscrição prévia. Informações e inscrições no Cidade (fone:330-6756 com Jane).

Participe dos encontros preparatórios na sua região:

Glória, Cruzeiro e Cristal - dia 13/5, 19h, no CEGEB (Rua Cel Neves, 555 - Medianeira)

Centro-Sul, Extremo-Sul, Restinga e Sul - dia 13/5, 19h, no CECOPAM (Rua Arroio Grande, 50 - Cavalhada)

Norte, Nordeste, Humaitá-Navegantes e Eixo da Baltazar - dia 17/5, 19h, no CEPRIMA (Rua São Nicolau esq. Camoati - Bairro Maria Goretti)

Lomba, Partenon, Leste, Centro e Ilhas - dia 19/5, 19h, no Auditório da Faculdade de Educação/UFRGS (Av. João Pessoa, s/nº - Campus Centro)

SEMINÁRIO TERRA URBANA E PLANO DIRETOR organizado pelo CIDADE, Administração Popular e PROPUR/UFRGS a ser realizado nos dias 24 e 25 de junho. Maiores informações pelo fone 330-6756.

CIDADE EM NOVO ENDEREÇO

Mudamos para a Rua Vieira de Castro, 141 - Bairro Santana - CEP 90040-320 Porto Alegre/RS - Fone-fax: (051)330-6756.

PAUTA LEGISLATIVA

Foi retirado pelo Executivo Municipal, para reexame, o Projeto de Lei que dispõe sobre o **Parcelamento do Solo**.

Aprovada parcialmente, no final do ano passado, a lei que autoriza o Executivo Municipal a criar **Defensoria Pública**. Falta ainda a regulamentação pelo Prefeito.

INTERCÂMBIO CIDADE-FLACAM

A Facultad Latinoamericana de Ciencias Ambientales, com sede em La Plata-Argentina, realiza cursos de Pós-Graduação em Formação Ambiental, recebendo atualmente um integrante do CIDADE. Agradecemos a **Companhia de Gás da Catalunha** a viabilização deste intercâmbio.

EXPEDIENTE

De Olho na CIDADE é uma publicação de CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, Rua Vieira de Castro, 141, Porto Alegre, fone 330-6756.
Elaboração: Marta Ghezzi, Regina Maria Pozzobon e Sérgio Gregório Baierle
Participação: João Farias Rovatti e Movimento de Luta pela Moradia
Diagramação e Fotocomposição: Eduardo Debaco
Colaboração: Jane Santos Impressão: Pallotti
Tiragem: 1.200 exemplares - Distr. gratuita - Circulação interna
Apoio: INTER-AMERICAN FOUNDATION (IAF)

